

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL

**145ª REUNIÃO
PAUTA**



Data: 25 e 26/09/2018

Horário: 09h às 18h, e das 09h às 13h

Local: Ministério do Meio Ambiente (**Edifício Sede**), Sala 724, 7º andar, Esplanada dos Ministérios, Brasília Brasília – DF.

Item 1 - Abertura e Informes Gerais.

Item 2 - Apresentação da Transcrição da 144ª Reunião da CTIL e aprovação do resumo dos encaminhamentos da reunião.

Item 3 - Eleição para presidente da CTIL 2018/2019.

Item 4 - Proposta de Resolução que “Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB.

Item 5 - Proposta de Resolução que “Aprova a atualização dos mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Doce”. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB.

Item 6 - Proposta de Resolução que “Aprova a atualização dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB.

Item 7 - Proposta de Moção que “Recomenda ao Senhores Senadores e Deputados, em nome da garantia da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e do compromisso com o direito humano a água, que impeçam a aprovação da MP 844/2018 que desestrutura a política de saneamento no Brasil”. Encaminhada pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia - Fonasc.

Item 8 - Proposta de Moção dirigida a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, ao Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro recomendando a regularização das transferências dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI, provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para os comitês de bacia hidrográfica fluminenses, incluindo a devolução do saldo dos recursos acumulados na Conta Única do Tesouro Estadual - CUTE referentes a tal fundo, bem como o aprimoramento da legislação estadual de modo a garantir a regularidade da transferência das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos aos comitês de bacia hidrográfica ou por meio das suas entidades delegatárias quando cabível. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB.

Item 9 - Proposta de Moção dirigida a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais recomendando a adimplência e a regularização das transferências provenientes das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos para as entidades equiparadas à Agência de Bacia Hidrográfica, bem como o aprimoramento da legislação estadual de modo a garantir a regularidade dessas transferências. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB.

Item 10 – Proposta de Moção dirigida à Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, aos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e da Bacia hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce, que sucedeu o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José, e ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo recomendando a imediata implementação das cobranças pelo uso de recursos hídricos já aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, assim como a garantia da discussão democrática sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em todo o estado observando os princípios da gestão descentralizada e participativa preconizados pela Lei 9433/97. Encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB.

Item 11 – Avaliação da proposta contida na Deliberação CBH Paranaíba nº 96/2018, que aprovou a indicação da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - ABHA Gestão de Águas, para desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, como Entidade Delegatária dessas funções, para o período de 05 (cinco) anos. Encaminhada pelo CBH Paranaíba.

Item 12 – Avaliação do pedido da ABRAGE e ABRAGEL, referente ao recurso contra a Deliberação Nº 88 do CBH Paranaíba, de 27 de março de 2018, que aprovou as diretrizes para regulação de usos de recursos hídricos, na bacia do rio São Marcos, afluente do rio Paranaíba.

Item 13 – Definição dos segmentos que farão parte do Grupo de Trabalho de acompanhamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, em atendimento a [Resolução nº 197, de 28 de junho de 2018](#).

Item 14 – Recomposição e definição da dinâmica dos Grupos de Trabalho referente à: i) proposta de alteração do [Decreto Nº 4.613, de 11 de março de 2003](#), que instituiu o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; ii) Revisão da [Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000](#), que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica, e iii) solicitação do DNOCS.

Item 15 - Encerramento.